

**AO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS  
SETOR DE LICITAÇÕES  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13100.000380/2025**

**ESCLARECIMENTO - ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR  
HORIZONTAL**

A empresa **SUPERALIFE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA**, CNPJ: 11.016.635/0001-01, sediada na rua Evaristo de Antoni, 1136, Bairro São José, Caxias do Sul/RS - CEP 95.041-000, através de seu representante legal o Sr. Henrique Klein Neto, vem, respeitosamente, apresentar pedido de esclarecimento ao edital supramencionado, diante dos questionamentos aduzidos no decorrer deste documento.

**DOS QUESTIONAMENTOS**

Prezados, temos interesse na participação do **ITEM 01 - LAVADORA DE ROUPAS HOSPITALAR HORIZONTAL** do edital supramencionado, portanto, gostaríamos de esclarecer alguns pontos referentes às condições de fornecimento dos equipamentos, observamos a necessidade de apresentar os questionamentos, conforme seguem.

Senhores, após criteriosa análise do instrumento convocatório, especificamente quanto ao **ITEM 01**, verificam-se disposições que ensejam relevante dúvida interpretativa acerca da extensão das obrigações atribuídas à futura contratada, especialmente no tocante à eventual responsabilidade pela retirada e destinação do equipamento atualmente pertencente à Administração, razão pela qual apresentamos os presentes pedidos de esclarecimento e revisão.

**PONTO 01** - O item "3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO" estabelece que:

"A solução proposta consiste na aquisição, entrega, instalação, calibração, testes operacionais e disponibilização de treinamento técnico para o uso de uma lavadora de roupas hospitalar horizontal com capacidade mínima de 100 kg (...)"

Consta ainda no referido item que:

“A solução, portanto, contempla uma visão completa e integrada do ciclo de vida do equipamento, garantindo não apenas o fornecimento, mas também a funcionalidade plena, a segurança, a durabilidade e a eficiência operacional (...)”

Verifica-se, portanto, que o escopo do objeto licitado encontra-se direcionado ao fornecimento de novo equipamento hospitalar, contemplando serviços correlatos indispensáveis à sua plena operacionalização, tais como entrega técnica, instalação, calibração, testes e treinamento operacional.

Entretanto, o item “2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO” dispõe que a presente contratação decorre da necessidade de substituição do equipamento atualmente existente na unidade hospitalar, em razão de desgaste acentuado e falhas operacionais recorrentes.

Adicionalmente, o edital estabelece a seguinte exigência no item “6. Requisitos de Sustentabilidade e Logística Reversa”:

“Havendo substituição do equipamento antigo, o fornecedor deverá apresentar plano de logística reversa ou destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.”

Todavia, o instrumento convocatório não delimita de forma clara, objetiva e expressa se a futura contratada será obrigada a promover a retirada física, desmontagem, transporte e destinação ambientalmente adequada do equipamento antigo pertencente ao patrimônio da Administração Pública.

Tal indefinição possui elevada relevância jurídica, técnica e econômica, na medida em que eventual atribuição dessa obrigação implica execução de serviços acessórios de significativa complexidade operacional, envolvendo desmontagem técnica, movimentação de carga pesada, transporte especializado, destinação ambiental e potenciais riscos patrimoniais e estruturais.

Ressalta-se, ainda, que tais atividades geram custos substanciais, os quais impactam diretamente a composição das propostas comerciais e a própria exequibilidade do valor estimado da contratação, sobretudo diante da ausência de informações essenciais acerca do equipamento atualmente instalado, tais como marca, modelo, peso, dimensões, estado de conservação, condições estruturais de acesso e eventuais necessidades de desmontagem especializada ou içamento.

Cumprе destacar que a própria Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 31, inciso III, estabelece que a **responsabilidade pelo recolhimento dos produtos e pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos remanescentes recai sobre fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes vinculados ao respectivo produto colocado no mercado**, nos seguintes termos:

“Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os

fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

(...)

III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33.”

Dessa forma, entende-se que eventual obrigação relacionada à logística reversa deve guardar pertinência direta com o equipamento novo a ser fornecido pela futura contratada, não sendo juridicamente razoável transferir à licitante vencedora responsabilidade pela retirada e destinação de equipamento antigo pertencente ao patrimônio da Administração, adquirido anteriormente de terceiros e sem qualquer vínculo comercial, operacional ou jurídico com a futura fornecedora.

Nesse sentido, eventual transferência de tal obrigação à futura contratada, sem a correspondente definição técnica e composição orçamentária adequada, poderá comprometer a ampla competitividade do certame, a isonomia entre os licitantes e a formulação segura e precisa das propostas comerciais.

Diante do exposto, requer-se a esta Administração os seguintes esclarecimentos:

**QUESTÃO A)** O objeto da contratação restringe-se ao fornecimento, entrega, instalação, calibração, testes operacionais e treinamento técnico relativos ao novo equipamento hospitalar a ser fornecido?

**QUESTÃO B)** Haverá obrigatoriedade de retirada física do equipamento antigo atualmente instalado pela futura contratada?

**QUESTÃO C)** Em caso afirmativo, qual a marca, modelo, capacidade, peso aproximado, dimensões e estado de conservação do equipamento existente, bem como as condições estruturais e operacionais necessárias para sua eventual remoção?

**QUESTÃO D)** Os custos relacionados à desmontagem técnica, remoção, movimentação, transporte especializado e destinação ambientalmente adequada do equipamento antigo foram devidamente considerados na composição do valor estimado da contratação deste certame?

**QUESTÃO E)** Requer-se, por cautela, a revisão do instrumento convocatório para **exclusão da obrigação de retirada e destinação do equipamento antigo** pertencente à entidade, considerando que tal atribuição extrapola o escopo principal do objeto licitado e possui potencial de comprometer a competitividade e a exequibilidade do certame.

**PONTO 02** - Adicionalmente, o edital prevê:

“Sistema de reaproveitamento de água opcional ou preparado para instalação.”

Todavia, não foram identificadas informações acerca da infraestrutura disponível na unidade hospitalar para viabilização operacional de eventual sistema de reuso de água.

Dessa forma, requer-se esclarecer:

**QUESTÃO F)** A entidade dispõe de estrutura adequada para armazenamento e reaproveitamento da água, incluindo reservatórios, tubulações, pontos hidráulicos e demais instalações necessárias à futura operacionalização do sistema, tendo em vista que tais condições impactam diretamente a definição técnica da solução a ser ofertada pelas licitantes?

Por fim, considerando a relevância técnica e financeira dos pontos ora suscitados, aguardam-se os devidos esclarecimentos e eventual revisão do instrumento convocatório, em observância aos princípios da legalidade, transparência, competitividade, razoabilidade, economicidade e segurança jurídica que regem os procedimentos licitatórios.

**DOS PEDIDOS FINAIS**

Diante do exposto, solicitamos o **esclarecimento formal acerca dos pontos acima apresentados**, de modo a assegurar o pleno entendimento e a correta condução do certame pelas empresas interessadas em participar da licitação em epígrafe.

Destaca-se que a ausência de esclarecimento ou de uniformização das exigências pode comprometer a isonomia entre os licitantes, uma vez que empresas que incorporem custos adicionais para atender integralmente ao edital poderão concorrer em desvantagem na fase de lances em relação àquelas que não o façam, ainda que estas não atendam plenamente a todas as exigências editalícias.

Caxias do Sul/ RS, 14 de Maio de 2026.



Henrique Klein Neto  
Representante Legal/ Procurador  
CPF: 003.548.599-00